

Artigo Científico

POLÍTICA DE RECICLAGEM E GOVERNANÇA COLABORATIVA: ANÁLISE DA ASCAMATO NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO (MG)

Balbina Jorge Pena¹

Rosária Cal Bastos²

Nálbia de Araújo Santos³

Suely de Fátima Ramos Silveira⁴

¹ Universidade Federal de Viçosa (UFV) / Pós-Graduação *lato sensu* em Administração Pública Municipal (CEAD/UFV), Viçosa – MG, Brasil

² Universidade Federal de Viçosa (UFV) / Departamento de Engenharia Agrícola e Ambiental, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Viçosa – MG, Brasil

³ Universidade Federal de Viçosa (UFV) / Departamento de Administração e Contabilidade, Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAPI, Viçosa – MG, Brasil

⁴ Universidade Federal de Viçosa (UFV) / Departamento de Administração e Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Administração, Viçosa – MG, Brasil

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar os resultados e impactos de uma parceria entre a Prefeitura de Conceição do Mato Dentro (MG) e a Associação de Catadores de Recicláveis (ASCAMATO) na implementação de uma política pública de reciclagem, considerando seus efeitos sociais, ambientais e econômicos. O objeto de estudo consiste na atuação da associação no município e na relação institucional estabelecida com o poder público local para a gestão de resíduos sólidos. A pesquisa possui abordagem qualitativa e caráter exploratório e documental, baseada na análise das prestações de contas da ASCAMATO e em dados obtidos no Portal da Transparência da prefeitura municipal. Os resultados indicam avanços na organização da gestão da associação, evidenciam a importância da parceria institucional para o fortalecimento da coleta seletiva e para a geração de renda dos catadores. Entretanto, a análise também revela desafios estruturais relacionados à logística de destinação dos materiais recicláveis, à ausência de indústrias locais de reciclagem e à dependência de apoio institucional para a sustentabilidade das atividades. Conclui-se que a cooperação entre o poder público e associações de catadores constitui instrumento relevante para a consolidação da política de reciclagem, embora sua efetividade dependa do fortalecimento das políticas públicas e da ampliação da infraestrutura da cadeia de reciclagem.

Palavras-chave: Política Pública. Gestão dos resíduos sólidos. Catadores de Recicláveis.

Recycling policy and collaborative governance: analysis of ASCAMATO in solid waste management in Conceição do Mato Dentro (MG), Brazil

This study aims to analyze the results and impacts of a partnership between the City Hall of Conceição do Mato Dentro (MG) and the Association of Recyclable Collectors (ASCAMATO) in the implementation of a public recycling policy, considering its social, environmental and economic effects. The object of study consists of the association's activities in the municipality and the institutional relationship established with the local public authorities for the management of solid waste. The research has a qualitative approach and an exploratory and documentary nature, based on the analysis of ASCAMATO's financial statements and data obtained from the city hall's Transparency Portal. The results indicate advances in the organization of the association's management, highlighting the importance of institutional partnership for strengthening selective collection and generating income for collectors. However, the analysis also reveals structural

challenges related to the logistics of disposing of recyclable materials, the absence of local recycling industries and the dependence on institutional support for the sustainability of activities. It is concluded that cooperation between public authorities and waste picker associations constitutes a relevant instrument for consolidating recycling policy, although its effectiveness depends on strengthening public policies and expanding the infrastructure of the recycling chain.

Keywords: Public Policy. Solid waste management. Recyclable Collectors.

Política de reciclaje y gobernanza colaborativa: análisis de ASCAMATO en la gestión de residuos sólidos en Conceição do Mato Dentro (MG), Brasil

Este estudio tiene como objetivo analizar los resultados e impactos de una alianza entre la Municipalidad de Conceição do Mato Dentro (MG) y la Asociación de Recolectores de Reciclables (ASCAMATO) en la implementación de una política pública de reciclaje, considerando sus efectos sociales, ambientales y económicos. El objeto de estudio consiste en las actividades de la asociación en el municipio y la relación institucional establecida con las autoridades públicas locales para el manejo de residuos sólidos. La investigación tiene un enfoque cualitativo y de carácter exploratorio y documental, basada en el análisis de los estados financieros de ASCAMATO y datos obtenidos del Portal de Transparencia de la alcaldía. Los resultados indican avances en la organización de la gestión de la asociación, destacando la importancia de la colaboración institucional para fortalecer la recolección selectiva y generar ingresos para los coleccionistas. Sin embargo, el análisis también revela desafíos estructurales relacionados con la logística de eliminación de materiales reciclables, la ausencia de industrias locales de reciclaje y la dependencia del apoyo institucional para la sostenibilidad de las actividades. Se concluye que la cooperación entre autoridades públicas y asociaciones de recicladores constituye un instrumento relevante para consolidar la política de reciclaje, aunque su efectividad depende del fortalecimiento de las políticas públicas y la ampliación de la infraestructura de la cadena de reciclaje.

Palabras clave: Política pública. Manejo de residuos sólidos. Recolectores Reciclables.

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.20076350>

ISSN: 2359-6252

Editor-chefe: Vinicius de Souza Moreira

Editora-adjunta: Letícia Lima Milani Rodrigues

Artigo submetido em 02 de fevereiro de 2026 e aceito para publicação em 21 de abril de 2026



1 INTRODUÇÃO

A gestão adequada dos resíduos sólidos constitui um dos principais desafios das políticas públicas contemporâneas, especialmente em países em desenvolvimento, que segundo Souza (2025), onde o crescimento urbano e o aumento da geração de resíduos demandam soluções sustentáveis. Neste contexto, a reciclagem, como política pública, tem se consolidado com um instrumento capaz de produzir benefícios ambientais, sociais e econômicos. Do ponto de vista ambiental, a reciclagem contribui para a redução do volume de resíduos destinados a aterros ou lixões, diminuindo impactos ao meio ambiente. No âmbito social, atua como uma ferramenta de inclusão socioprodutiva ao promover oportunidades de trabalho e renda, beneficiando comunidades e trabalhadores do setor. No campo econômico, possibilita o reaproveitamento de materiais descartados, agregando valor e eficiência ao ciclo de produção e consumo.

No Brasil, foi instituída a Lei nº 12.305, de 2010, conhecida como Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que estabeleceu princípios, objetivos e instrumentos voltados à gestão integrada e ao gerenciamento adequado dos resíduos sólidos, suprimindo lacunas deixadas por legislações anteriores, como a Lei nº 6.938, de 1981 e a Constituição Federal de 1988, especialmente em seu art. 225. Essa política estipulou que todos os municípios brasileiros deveriam encerrar as atividades nos locais chamados de “lixões” até o ano de 2014. Entre suas diretrizes, destaca-se o incentivo à criação e ao fortalecimento de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, reconhecendo seu papel estratégico na governança ambiental e na promoção de práticas alinhadas à economia circular (Brasil, 2010). A legislação brasileira é consonante à proposta de ações do País voltadas ao ODS 12 e suas metas, por meio das políticas citadas visando à gestão sustentável de resíduos e incentivar a reciclagem.

Contudo, muitos municípios alegaram falta de recursos financeiros e suporte técnico, levando à prorrogação desse prazo. Por conta disso, em 15 de julho de 2020, foi estabelecido num novo marco para o saneamento básico, a partir da Lei nº 14.026, estendendo o prazo até 2024 para a disposição final adequada dos resíduos, conforme os planos de resíduos sólidos e o número de habitantes de cada município (Brasil, 2020).

Segundo Moura, Dias e Junqueira (2018) os catadores de materiais recicláveis desempenham um papel crucial na gestão de resíduos sólidos nas cidades brasileiras, participando ativamente da coleta seletiva e da reciclagem. Além disso, atuam como ambientalistas e educadores, combatendo a poluição e promovendo a conscientização ambiental.

Fato esse que é ressaltado no artigo VIII da Política Nacional de Resíduos Sólidos, em seu inciso V, ao destacar a obrigatoriedade de incentivar a criação e o desenvolvimento de cooperativas ou associações de catadores. O artigo 18, inciso II, da seção IV, "Dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos", impõe aos municípios a criação da coleta seletiva com a participação de cooperativas, formadas por pessoas de baixa renda (Brasil, 2010). Portanto, é essencial implementar políticas públicas que promovam a inclusão socioambiental e econômica dos catadores.

A pesquisa de Medeiros *et al.* (2018) enfatiza em seus resultados pontos importantes, entre os quais se evidenciam: a importância da reciclagem de papel para a redução dos impactos ambientais e do consumo de recursos naturais; a grande geração de resíduos de papel nas Instituições de Ensino Superior; e a utilização de modelagem computacional para simular e avaliar diferentes cenários de gestão e reciclagem. Esses pontos podem auxiliar a gestão no processo de sensibilização da comunidade acerca da importância da reciclagem demonstrando, de forma quantitativa, o quanto pode ser poupado e/ou desperdiçado recursos no horizonte de tempo.

Complementando, Pereira, Ferraz e Massani (2014), destacam que o gestor acaba desempenhando um papel social, incentivando e apoiando a reciclagem entre os colaboradores, os stakeholders, e as parcerias ampliando esse hábito conforme a abrangência da organização.

Desta forma, a existência de parcerias é considerada de suma importância para a implementação da política de gerenciamento de resíduos sólidos. Nesse contexto, destaca-se a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Conceição do Mato Dentro (ASCAMATO), criada em 2013 com o objetivo de implementar o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos no

município, promovendo inclusão socioproductiva, bem como a geração de trabalho e renda. O referido programa resulta da colaboração entre diferentes agentes institucionais e sociais para sua efetivação (ASCAMATO, 2022).

Portanto, indaga-se: de que forma a parceria entre a Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro e a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis (ASCAMATO) pode contribuir para o fortalecimento da gestão da reciclagem e para a promoção da inclusão socioproductiva dos catadores no município?

Para responder ao questionamento apresentado, tem-se como objetivo analisar os resultados e os impactos da parceria estabelecida entre a Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro e a ASCAMATO na implementação da política municipal de reciclagem, considerando as repercussões sociais, ambientais e econômicas decorrentes dessa iniciativa.

Em vista do que se propõe, o relato técnico a seguir, escrito sob a forma de um artigo científico, apresenta uma visão abrangente e detalhada sobre a importância da reciclagem como política pública e os benefícios que essa prática pode trazer para a administração pública, o meio ambiente, a sociedade e a economia, destacando a necessidade de parcerias entre diferentes agentes para implementação eficaz dessa política.

O trabalho visa apresentar uma proposta de intervenção com potencial de se tornar importante instrumento de política ambiental, social e econômica, a partir do desenvolvimento de um Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, visando os benefícios ambientais e socioeconômicos, e tendo como público-alvo os catadores – pertencentes à Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Conceição do Mato Dentro – ASCAMATO.

Espera-se que esta proposta de intervenção possa gerar contribuições para o desenvolvimento do Programa pela Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro (PMCMD), fortalecendo a ASCAMATO a partir de parcerias firmadas com empresas do município e promoção de melhorias na gestão da Associação que possam permitir a geração de trabalho e renda visando a inclusão e melhores condições de vida dos catadores de recicláveis do município, além de proporcionar benefícios para o meio ambiente.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Reciclagem como Instrumento de Política Pública na Proteção Ambiental Brasileira

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consolida a proteção ao meio ambiente como princípio fundamental do Estado, dotado de caráter vinculante e orientador das políticas públicas. Nesse sentido, o art. 225 estabelece que o meio ambiente ecologicamente equilibrado constitui bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de sua defesa e preservação para as presentes e futuras gerações (Brasil, 1988).

Esse princípio constitucional fundamenta a formulação e implementação de políticas públicas voltadas à proteção ambiental e ao uso sustentável dos recursos naturais. Nesse contexto, destaca-se a Lei 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos dispendo sobre princípios, objetivos e instrumentos e ainda sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e gerenciamento de resíduos sólidos. O artigo 3º, inciso XIV desta lei traz o conceito de reciclagem que é processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes (Brasil, 2010).

No texto da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a reciclagem está descrita como um de seus objetivos. Desse modo, percebe-se sua relevância como política pública, essencial para a “sadia qualidade de vida” buscada em nossa sociedade, assim transcrito:

Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

[...]

II - não geração, redução, reutilização, *reciclagem* e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

[...]

VI - incentivo à indústria da *reciclagem*, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados (Brasil, 2010, grifo nosso).

Dessa forma, a reciclagem assume papel relevante na política ambiental brasileira, sendo reconhecida como instrumento estratégico para a mitigação de impactos ambientais e a promoção da sustentabilidade. Nesse contexto, Silveira e Moreira (2023) definem políticas públicas como um conjunto de ações e procedimentos, formais e informais, voltados à solução de problemas de interesse coletivo. Assim, a reciclagem pode ser compreendida como um instrumento de política pública para o enfrentamento dos desafios decorrentes da crescente geração de resíduos sólidos.

De acordo com Lagarinhos e Tenório (2013), a Política Nacional de Resíduos Sólidos também estabeleceu o princípio da responsabilidade compartilhada na gestão dos resíduos entre governos federal, estadual e municipal, empresas e sociedade. Essa medida visa solucionar problemas ambientais, especialmente a gestão de resíduos sólidos. Assim, a reciclagem, adotada como política pública, é uma forma estratégica e articulada para resolver um problema público, embora não totalmente, conforme o caso da gestão dos resíduos sólidos, que ainda há um limite para atuação.

Nesse cenário, a coordenação entre instituições e setores torna-se fundamental para ampliar a efetividade das políticas públicas. Conforme destaca Souza (2018), políticas que envolvem múltiplos atores e diferentes níveis de governo exigem mecanismos de coordenação capazes de promover integração institucional, reduzir a fragmentação das ações e fortalecer a implementação das iniciativas governamentais. Assim, a gestão de resíduos sólidos e o incentivo à reciclagem demandam arranjos institucionais baseados na cooperação entre poder público, sociedade civil e setor produtivo, contribuindo para políticas ambientais mais integradas e sustentáveis no contexto urbano.

2.2 Participação social e inclusão socioprodutiva dos catadores

Além dos aspectos institucionais e administrativos, a gestão de resíduos sólidos também apresenta relevante dimensão social, especialmente no que se refere à atuação dos catadores de materiais recicláveis. No Brasil, esses trabalhadores desempenham papel importante na cadeia da reciclagem, contribuindo para a redução de resíduos destinados aos aterros e para o reaproveitamento de materiais (Fronza, 2025).

A participação de organizações da sociedade civil na gestão das políticas públicas é apontada como elemento essencial para o fortalecimento da democracia e da legitimidade das ações governamentais. Nesse sentido, Raichelis (2006) destaca que a democratização da gestão das políticas sociais envolve a ampliação de espaços de participação da sociedade na formulação, implementação e controle das políticas públicas.

No que se refere a gestão de resíduos, essa participação ocorre, especialmente, por meio da inserção de associações e cooperativas de catadores nas políticas municipais de reciclagem. De acordo com Siqueira e Wolowski (2023), essas organizações contribuem para a inclusão socioprodutiva ao promover trabalho, geração de renda e reconhecimento social aos catadores.

Assim, a articulação entre políticas públicas de resíduos sólidos e organizações de catadores constitui estratégia capaz de promover benefícios ambientais, sociais e econômicos, além de fortalecer a implementação das diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos e ampliar processos de inclusão social e produtiva desses trabalhadores.

2.3 Governança colaborativa na gestão de resíduos sólidos

A implementação de políticas públicas complexas, como a gestão de resíduos sólidos, exige a articulação entre diferentes atores institucionais e sociais. Nesse contexto, a governança colaborativa

destaca-se como um modelo capaz de ampliar a capacidade de implementação das políticas públicas, ao promover a cooperação entre governo, sociedade civil e setor produtivo.

Souza (2018) ressalta que a coordenação entre instituições e diferentes níveis de governo é fundamental para aumentar a efetividade das políticas públicas, contribuindo para superar limitações institucionais e fortalecer a capacidade de resposta do Estado frente aos problemas públicos. No âmbito da gestão de resíduos, essa articulação torna-se ainda mais necessária, uma vez que a política envolve diversas etapas, como coleta, triagem, reciclagem e destinação final.

Besen, Jacobi e Freitas (2018), complementam que a implementação das políticas de resíduos depende da integração entre governos locais, empresas e organizações de catadores, responsáveis por parcela expressiva da coleta e triagem de materiais recicláveis no país. Assim, a cooperação entre poder público e associações de catadores contribui para fortalecer a gestão municipal e promover a inclusão socioprodutiva desses trabalhadores.

Segundo Siqueira e Wolowski (2023), cooperativas e associações de reciclagem desempenham papel fundamental estruturação de sistemas de reciclagem mais eficientes, além de favorecer melhores condições de trabalho e geração de renda. Nesse arranjo, a governança colaborativa na gestão de resíduos sólidos integra dimensões ambientais, sociais e econômicas, favorecendo a implementação de políticas de reciclagem mais participativas e sustentáveis.

Desta forma, a construção de parcerias institucionais entre poder público e associações de catadores pode, portanto, contribuir para a consolidação de práticas mais sustentáveis de gestão de resíduos e para o fortalecimento de processos de inclusão socioprodutiva.

2.4 O caso da Cooperativa SWaCH em Pune: Governança Colaborativa e Inclusão na Gestão de Resíduos Sólidos

Um caso frequentemente citado como experiência bem-sucedida na gestão de resíduos sólidos é a Sociedade Cooperativa de Coleta e Manuseio de Resíduos Sólidos (SWaCH), localizada na cidade de Pune, na Índia. A iniciativa tornou-se referência internacional por seu modelo de organização e pela inclusão de trabalhadores informais na cadeia da reciclagem (Centre for Public Impact - BCG Foundation, 2021).

A cooperativa foi criada em 2008, fruto de uma parceria público-privada para atuar no gerenciamento de resíduos sólidos. É estabelecida com a Corporação Municipal de Pune, estruturando-se como uma organização administrada pelos próprios trabalhadores envolvidos na coleta e triagem de resíduos. Esse modelo buscou promover a formalização das atividades exercidas pelos catadores, garantindo maior reconhecimento institucional, proteção social e melhores condições de trabalho (Centre for Public Impact - BCG Foundation, 2021). Destaca-se que sua formação inicial contou com a expressiva participação de mulheres provenientes de contextos de elevada vulnerabilidade socioeconômica e pertencentes a castas historicamente marginalizadas, grupos frequentemente submetidos a processos de discriminação social.

Durante sua fase inicial de consolidação, foram identificados diversos desafios institucionais e organizacionais, como a ampliação do número de membros, o fortalecimento da conscientização pública sobre a gestão de resíduos e a diversificação dos serviços prestados pela cooperativa. Nesse contexto, foram desenvolvidas campanhas de sensibilização social, iniciativas de educação ambiental e estratégias de comunicação voltadas à promoção da reciclagem e à valorização do trabalho dos catadores (Centre for Public Impact - BCG Foundation, 2021).

Em sua fase inicial, a cooperativa enfrentou diversos desafios institucionais e organizacionais, como a ampliação do número de membros, diversificação dos serviços e o fortalecimento da conscientização pública sobre a gestão de resíduos. Para isso, foram desenvolvidas campanhas educativas, ações de comunicação e mobilização social, além da divulgação de estudos e da promoção de debates e atividades voltadas à valorização da reciclagem e ao fortalecimento institucional da organização (Centre for Public Impact - BCG Foundation, 2021, tradução nossa).

Além disso, a SWaCH buscou institucionalizar sua atuação no sistema municipal de gestão de resíduos sólidos, adotando um modelo de governança baseado em processos participativos e estrutura organizacional democrática. Nesse contexto, foram instituídos representantes eleitos e um

conselho de administração responsável pela condução das decisões institucionais, bem como a criação de programas temáticos voltados a áreas como, saúde, educação e desenvolvimento institucional dos trabalhadores (Centre for Public Impact – BCG Foundation, 2021, tradução nossa).

Outra dimensão relevante da experiência envolve ações voltadas à segurança sanitária e à saúde ocupacional dos trabalhadores. Nesse sentido, foram realizadas campanhas destinadas à promoção de práticas seguras e higiênicas no descarte de resíduos sanitários, pois sua exposição representa um risco à saúde dos trabalhadores, incluindo a criação de sistemas específicos de identificação e acondicionamento de materiais sanitários, com o objetivo de reduzir riscos à saúde dos catadores (Centre for Public Impact – BCG Foundation, 2021, tradução nossa).

Os resultados alcançados pela Sociedade Cooperativa de Pune na Índia obtiveram um grande impacto na gestão ambiental do município. Estima-se que aproximadamente 60 mil toneladas sejam desviadas anualmente dos aterros sanitários na cidade, correspondendo a acerca de 80-85% dos resíduos gerados localmente. Esse processo também contribui para a redução de aproximadamente 50 mil toneladas anuais de emissões de dióxido de carbono (CO²), associadas ao efeito estufa (Centre for Public Impact – BCG Foundation, 2021).

Além dos benefícios ambientais, a experiência também produziu efeitos relevantes no campo social. A formalização da atividade possibilitou melhorias nas condições socioeconômicas dos trabalhadores, ampliando o acesso a programas de capacitação, benefícios educacionais, crédito e outras oportunidades associadas à inserção no sistema formal de trabalho (Centre for Public Impact – BCG Foundation, 2021).

Dessa forma, a experiência da SWaCH evidencia o potencial de arranjos institucionais colaborativos na implementação de políticas públicas voltadas à gestão de resíduos sólidos. Ao integrar catadores ao sistema formal de reciclagem e promover a cooperação entre poder público e sociedade civil, o modelo contribui simultaneamente para a redução de impactos ambientais, a geração de trabalho e renda e o fortalecimento da inclusão socioprodutiva.

Portanto, o caso de Pune oferece importantes referências para a formulação e implementação de políticas municipais de resíduos sólidos em outros contextos, especialmente em iniciativas que buscam integrar associações e cooperativas de catadores, como no caso da ASCAMATO, fortalecendo práticas de governança colaborativa e ampliando a sustentabilidade das políticas de reciclagem.

3 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho utilizou-se uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, baseada na pesquisa documental. A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir a compreensão aprofundada de fenômenos sociais e institucionais relacionados à implementação de políticas públicas de gestão de resíduos sólidos, especialmente no que se refere às relações estabelecidas entre o poder público municipal e organizações da sociedade civil. De acordo com Gil (2007, p. 42), a pesquisa descritiva “tem como objetivo principal descrever as características de uma determinada população ou fenômeno, ou ainda estabelecer relações entre variáveis”. Enquanto, a pesquisa exploratória, busca ampliar o conhecimento sobre determinado problema ou fenômeno, contribuindo para sua melhor compreensão (Matias-Pereira, 2019).

Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo caracteriza-se como pesquisa documental, uma vez que se baseia na análise de documentos institucionais e registros administrativos relacionados à gestão da reciclagem no município de Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais. Esse tipo de pesquisa permite examinar dados oficiais e registros formais que evidenciam a dinâmica da política pública de resíduos sólidos no contexto local. Conforme destacam Souza, Kantorski e Luís (2011), a pesquisa documental consiste na identificação, verificação e análise de documentos com o objetivo de produzir conhecimento a partir de fontes já existentes.

O estudo foi desenvolvido no município de Conceição do Mato Dentro, localizado no estado de Minas Gerais, tendo como unidade de análise a atuação da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Conceição do Mato Dentro (ASCAMATO) no âmbito da política municipal de reciclagem, que será contextualizado a seguir. A escolha do município justifica-se pela existência de um programa local de gerenciamento de resíduos sólidos que envolve a participação direta da

associação de catadores na execução das atividades de coleta seletiva e triagem de materiais recicláveis, configurando um caso relevante para analisar as relações institucionais entre o poder público municipal e organizações da sociedade civil na implementação da política pública de gestão de resíduos.

As fontes de dados utilizadas foram compostas por documentos institucionais da ASCAMATO, especialmente prestações de contas, relatórios administrativos e registros organizacionais da associação, bem como dados disponibilizados no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro-MG. Esses documentos permitiram identificar informações relacionadas aos recursos financeiros destinados à associação, às atividades desenvolvidas no âmbito da coleta seletiva e à estrutura organizacional da entidade.

Foram selecionados documentos oficiais que apresentassem informações sobre a execução das atividades da associação, repasses financeiros do poder público municipal e registros administrativos relacionados à política municipal de reciclagem. Foram excluídos e desconsiderados documentos incompletos, registros sem identificação institucional ou materiais que não apresentavam relação direta com a gestão da reciclagem no município.

O recorte temporal da pesquisa compreende os anos de 2021 e 2022, período definido em função da disponibilidade de dados documentais sistematizados sobre a execução das atividades da ASCAMATO e sobre os recursos públicos destinados à política municipal de reciclagem. Esse intervalo temporal permite observar a dinâmica recente da parceria institucional entre a associação e o poder público municipal, bem como identificar desafios e resultados associados à implementação dessa política pública no contexto local.

A análise das informações foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2011), que compreende as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos resultados. A partir do exame dos documentos institucionais e dos registros financeiros disponibilizados pelo município, foram definidas categorias analíticas relacionadas aos principais aspectos da gestão da associação e da implementação da política municipal de reciclagem, destacando-se: fragilidades institucionais, problemas financeiros, falhas administrativas e baixa integração com políticas públicas municipais. Essas categorias orientaram a sistematização e interpretação dos dados, permitindo compreender os desafios enfrentados pela associação no desenvolvimento de suas atividades.

A partir do exame de documentos institucionais da associação e de registros financeiros disponibilizados pelo município, foram definidas categorias analíticas relacionadas à gestão da associação e à implementação da política municipal de reciclagem, destacando-se fragilidades institucionais, problemas financeiros, falhas administrativas e baixa integração com políticas públicas municipais. Essas categorias orientaram a sistematização e interpretação dos dados, permitindo compreender os desafios da parceria entre a prefeitura municipal e a ASCAMATO e seus impactos na política local de reciclagem.

Para situar o objeto de análise, apresenta-se a seguir uma breve contextualização da gestão de resíduos sólidos no município de Conceição do Mato Dentro-MG.

3.1 Contextualização da Reciclagem em Conceição do Mato Dentro

O município de Conceição do Mato Dentro Conceição do Mato Dentro-MG está sujeito às diretrizes constituídas pela Política Nacional do Meio Ambiente, estabelecida pela Lei nº 12.305/2010 que instituiu princípios e instrumentos para a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado de resíduos sólidos no país. Entre suas determinações, destacam-se a responsabilidade dos municípios pela implementação de políticas locais de gestão de resíduos, incluindo a eliminação de lixões e a implantação de formas adequadas de destinação final (Brasil, 2010).

No contexto local, a implementação dessas diretrizes ocorreu de forma gradual. Em 10 de abril de 2013, o município firmou um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de regularizar a destinação final dos resíduos sólidos e promover a recuperação ambiental da área anteriormente utilizada como lixão. O acordo estabeleceu uma série de obrigações para o poder público municipal, incluindo a elaboração de programas

específicos de gerenciamento de resíduos, como o Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, o Programa de Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde, o Plano de Gestão de Resíduos Perigosos e o Plano de Gerenciamento de Coleta, Armazenamento e Destinação de Pneus Inservíveis.

Entre as medidas previstas no acordo, a cláusula 4ª do Termo de Ajustamento de Conduta, o Município assumiu a obrigação de implantar e colocar em operação, até 1º de junho de 2014, um aterro sanitário, preferencialmente em conjunto com uma usina de triagem e compostagem, devidamente licenciada. Esse aterro deveria atender ao Município de Conceição do Mato Dentro e seus distritos, de acordo com o projeto e cronograma aprovados pelo órgão ambiental competente. O termo detalha minuciosamente as especificações e exigências para a implantação do aterro. Considerando a complexidade a implantação e operação do aterro, priorizou-se inicialmente a estruturação de uma unidade de triagem e compostagem, bem como a organização de trabalhadores envolvidos na coleta de materiais recicláveis.

Nesse contexto, uma consultoria técnica realizada pelo Centro Mineiro de Referência em Resíduos do Estado de Minas Gerais (CMRR), identificou famílias que viviam da catação de recicláveis no lixão e que se encontravam em situação de vulnerabilidade social. A partir desse levantamento, essas famílias foram reunidas incentivando a organização desses trabalhadores, aqueles que demonstraram interesse, resultando na criação da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Conceição do Mato Dentro (ASCAMATO).

A ASCAMATO foi subsidiada com recursos do município em cumprimento das obrigações estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta. A Prefeitura Municipal disponibilizou área para instalação da sede, destinando também recursos para a construção do galpão e à aquisição dos equipamentos necessários para a implantação e funcionamento da associação.

As atividades da ASCAMATO começaram em abril de 2014, inicialmente atendendo aos bairros centrais e ao comércio da cidade, expandindo gradualmente para outros bairros e também para algumas sedes distritais do Município. Nestes nove anos de atuação, a ASCAMATO tem se fortalecido, mantendo constância em suas atividades.

Ao longo de sua trajetória, a ASCAMATO consolidou-se como um ator relevante na política municipal de gestão de resíduos sólidos, desempenhando papel central nas atividades de coleta seletiva, triagem e comercialização de materiais recicláveis. O Estatuto da associação, reformulado em 5 de janeiro de 2022, estabelece como objetivo principal a promoção de atividades de relevância pública e social por meio da organização do trabalho dos catadores, da coleta, triagem e comercialização de materiais recicláveis oriundos da coleta seletiva municipal e de grandes geradores, contribuindo para a geração de trabalho e renda e para o fortalecimento da economia solidária (ASCAMATO, 2022).

O Estatuto também define a estrutura organizacional da entidade por meio de assembleia geral, diretoria executiva e conselho fiscal, além de estabelecer direitos e deveres dos associados e normas de funcionamento institucional. A ASCAMATO realiza eleições para a diretoria a cada dois anos e apresenta mensalmente relatórios das atividades desenvolvidas e das parcerias estabelecidas com o poder público municipal.

4 RESULTADOS

4.1 Política Municipal de Reciclagem em Conceição do Mato Dentro (2021–2022): Análise Financeira, Institucional e Operacional da ASCAMATO

A gestão de conflitos no setor público tem sido tema crescente. Ressaltando a importância da gestão, o Município de Conceição do Mato Dentro está localizado na região central de Minas Gerais, na vertente oriental da Serra do Cipó, pertencente à Cordilheira do Espinhaço, distante da capital mineira 167 km e a 740 m de altitude. O município integra o Circuito Estrada Real e o Circuito Serra do Cipó. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), com base no Censo demográfico realizado naquele ano, a população do município é de 23.162 habitantes. A cidade destaca-se atualmente pela implantação do empreendimento minerário da empresa multinacional

Anglo American Minério de Ferro Brasil S/A, que alterou a realidade local, influenciando o modo de vida da população, bem como o fluxo populacional fixo e flutuante.

No ano de 2021, a Prefeitura de Conceição do Mato Dentro, encontrava-se em vigência o Contrato de n.º: 152/2020, cujo objeto é a contratação da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Conceição do Mato Dentro/MG - ASCAMATO, para realização de serviços de coleta, triagem de resíduos sólidos no centro urbano e gestão compartilhada da UTC - Usina de Triagem e Compostagem, pela gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana do Município de Conceição do Mato Dentro/MG.

A celebração do referido contrato encontra respaldo nas diretrizes estabelecidas pela Lei 12.305/2010, que prevê a utilização de instrumentos destinados à consecução de seus objetivos. Desta forma, o art. 8º dispõe sobre os mecanismos de implementação da política, destacando, entre eles, a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado. Tal instrumento visa ao desenvolvimento de pesquisas, produtos, métodos, processos e tecnologias voltados à gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e à disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (Brasil, 2010).

A ASCAMATO, conforme consta no presente contrato n.º15/2020, tem as obrigações de assumir todas as responsabilidades pela coleta, triagem e destinação ambientalmente adequada dos materiais recicláveis; manter limpo, por seus próprios meios, as dependência da UTC, após o expediente; fornecer sempre que solicitado, comprovante de cumprimento com a legislação em vigor, relacionada a este instrumento contratual; transportar os volumes coletados diretamente até a UTC, bem como registrar o peso dos materiais coletados e posteriormente os valores recebidos pela sua venda, em planilha específica; manter a área da UTC organizada e em bom estado de conservação, realizando limpeza e capina no local; apresentar as notas fiscais dos materiais recicláveis vendidos mensalmente para recebimento do recurso pelo Município e realizar o recolhimento de todos os impostos e taxas referentes aos serviços prestados.

O Município contratante assumiu as reponsabilidades de cumprir as obrigações pecuniárias no prazo contratualmente firmadas; repassar à contratada todos os dados e informações necessárias à execução dos serviços; apoiar na gestão da UTC e nos trâmites legais da ASCAMATO e notificar por escrito à contratada quando da aplicação de eventuais multas, pelo não cumprimento de obrigações contratuais.

No ano de 2021 foram efetuados empenhos com o saldo remanescente do Contrato n.º 152/2020, totalizando R\$ 95.232,00 (noventa e cinco mil, duzentos e trinta e dois reais), distribuídos em quatro pagamentos correspondentes aos meses de fevereiro, março, abril e maio. Ainda em 2021, foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 152/2020, resultando em pagamentos que somaram R\$ 167.006,00 (cento e sessenta e sete mil e seis reais).

A análise dos dados financeiros disponíveis no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro, MG, demonstra que, no ano de 2021, o município destinou à ASCAMATO o montante total de R\$ 262.238,00, considerando os pagamentos referentes ao saldo remanescente do Contrato n.º 152/2020 e ao seu Primeiro Termo Aditivo.

Em 2022, com a vigência do Segundo Termo Aditivo ao Contrato n.º 152/2020, a Prefeitura Municipal e a ASCAMATO efetuaram o pagamento parcelado de dois empenhos relacionados a este aditivo: o primeiro em seis parcelas que, somadas, alcançaram R\$ 142.648,00; e o segundo em duas parcelas, totalizando R\$ 46.941,00.

Durante o exercício de 2022, houve também o empenho do Termo de Fomento n.º 016/2022, com recursos provenientes de Emenda Parlamentar para o Projeto de Expansão da Coleta Seletiva nos distritos de Tabuleiro, Itacolomi e Ouro Fino, incluindo panfletagem e instalação de pontos para recicláveis. No âmbito desse termo, foram realizados dois pagamentos relacionados a este termo, nos valores de R\$ 81.487,00 e R\$ 6.888,90, respectivamente. As buscas realizadas no Portal da Transparência do Município indicam que, considerando todos os instrumentos contratuais e termos aditivos, os empenhos e pagamentos efetuados em 2022 totalizaram R\$ 277.964,90.

A comparação entre os valores investidos nos dois anos indica a continuidade do repasse de recursos públicos para a manutenção das atividades da associação, evidenciando a dependência

financeira da ASCAMATO em relação ao poder público municipal para a execução das atividades de coleta seletiva e triagem de materiais recicláveis, o que é corroborado nos estudos de Besen, Jacobi e Freitas (2018).

No entanto, quando esses valores são analisados em relação à estrutura operacional da associação, que é composta por 12 catadores associados e 4 trabalhadores avulsos, observa-se que os recursos financeiros repassados não se traduzem necessariamente em melhoria expressiva das condições de trabalho ou em ampliação estruturada das atividades da associação. Esse cenário pode indicar problemas financeiros e limitações na gestão dos recursos, dificultando o fortalecimento institucional da entidade.

Outro aspecto relevante refere-se à baixa integração da política municipal de reciclagem com outras políticas públicas, pois, apesar dos investimentos e da ampliação pontual da coleta seletiva em alguns distritos, as atividades da ASCAMATO permanecem concentradas sobretudo na área urbana de Conceição do Mato Dentro, ainda que a associação disponha sede própria, com um galpão equipado para as atividades de triagem e armazenamento dos materiais, caminhões para coleta e transporte e maquinário necessário para o processamento dos recicláveis. Esse cenário evidencia limitações na articulação entre a política de resíduos sólidos e estratégias mais amplas de inclusão produtiva e desenvolvimento social. Ademais, a necessidade recorrente de termos aditivos e repasses parcelados sugere fragilidades no planejamento e na execução da política pública, indicando possíveis falhas institucionais que afetam a sustentabilidade da parceria e a eficiência da gestão compartilhada.

Por fim, embora a ASCAMATO tenha registrado, em 2022, a comercialização de aproximadamente 433 toneladas de materiais recicláveis, que foram vendidos para empresas especializadas em Belo Horizonte, capital do estado. A atuação da associação ainda ocorre no centro urbano do município, seguindo a rota estabelecida pela prefeitura para a coleta de resíduos, permitindo que os catadores recolham o material reciclável antes da coleta oficial. Esse cenário evidencia concentração em áreas específicas do município e dependência da estrutura logística e das rotas definidas pela prefeitura, o que pode limitar a autonomia operacional da associação e indicar possíveis ineficiências na organização das atividades de coleta e triagem.

Nesse contexto institucional se insere a atuação da ASCAMATO, cuja dinâmica organizacional e relação com o poder público municipal serão analisadas neste estudo a partir de documentos institucionais e registros administrativos referentes ao período de 2021 e 2022.

4.2. Parceria ASCAMATO–Município: Resultados Ambientais, Sociais e Econômicos e Desafios à Sustentabilidade da Reciclagem (2021–2022)

Verifica-se que a parceria entre a ASCAMATO e a Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro apresenta resultados relevantes nos âmbitos ambiental, sociais e econômicos. Instituída desde a fundação da associação, em 2014, a cooperação permanece vigente até o presente. Para fins de análise, foram considerados dados dos anos de 2021 e 2022, uma vez que informações referentes a 2020 não estão disponíveis no Portal da Transparência do Município, o que impede uma avaliação mais detalhada desse período.

Em 2022, a ASCAMATO coletou 433 toneladas de materiais recicláveis, um volume que demonstra efetividade operacional, representando um avanço importante para a reciclagem e a proteção ambiental evidenciando que o programa de coleta seletiva está sendo implementado de forma consistente. A destinação adequada desses materiais contribui para a redução da poluição e do descarte inadequado de resíduos, reforçando a importância da associação como instrumento da política pública de gestão de resíduos sólidos. Ou seja, do ponto de vista ambiental, a reciclagem evita que toneladas de materiais e resíduos sólidos sejam descartados diretamente no meio ambiente, reduzindo a poluição e o desperdício de recursos.

Do ponto de vista social, os dados indicam que a associação gera trabalho e renda para 12 catadores fixos e 4 avulsos, todos oriundos de contextos de vulnerabilidade social, evidenciando a inclusão produtiva como um dos resultados da parceria. No aspecto econômico, a comercialização dos materiais recicláveis promove a circulação de recursos no município e o reaproveitamento de resíduos que, na ausência da atuação da ASCAMATO, seriam descartados.

A análise dos empenhos e repasses financeiros, R\$ 262.238,00 em 2021 e R\$ 277.964,90 em 2022, demonstra que a continuidade das atividades depende de planejamento financeiro adequado, uma vez que esses recursos estão diretamente relacionados à capacidade operacional da associação. Contudo, a concentração das atividades na área urbana central revela limitações de alcance territorial, indicando a necessidade de expansão da política e maior integração com outras iniciativas de desenvolvimento municipal.

Assim, embora os resultados sejam positivos, a efetividade da parceria depende do fortalecimento da coordenação institucional, da integração com políticas públicas mais amplas e da garantia de sustentabilidade financeira, fatores essenciais para consolidar e ampliar os impactos da política municipal de reciclagem.

4.3 Desafios Estruturais, Financeiros e Institucionais na Sustentabilidade da ASCAMATO (2021-2022)

A análise dos dados relativos à atuação da ASCAMATO em Conceição do Mato Dentro, nos anos de 2021 e 2022, evidencia fatores críticos que influenciam diretamente seu desempenho e sua sustentabilidade, os quais podem ser sintetizados nos seguintes aspectos:

Observa-se que a Associação tem, ao longo dos anos, se empenhando em manter-se ativa, buscando meios de desenvolver suas atividades com profissionalismo e ampliar sua atuação tanto em quantidade quanto em qualidade. Entretanto, a análise indica que a eficiência operacional depende não apenas do comprometimento institucional, mas também de condições estruturais e financeiras que ainda impõem limitações, corroborando com a pesquisa de Santos e Mendes (2025) ao destacarem que a implementação da economia circular e das políticas de resíduos enfrenta limitações estruturais e financeiras.

A atividade de reciclagem conduzida pela ASCAMATO possui inegável importância ambiental, mas sua remuneração é baseada no volume de material processado, sem qualquer mecanismo de compensação pelo benefício ambiental gerado. Esse modelo, embora estimule a produtividade, apresenta fragilidades para a sustentabilidade financeira da associação, uma vez que não internaliza os ganhos ambientais como elemento de valorização econômica. Condições, essas, que exige estratégias complementares de financiamento e apoio institucional para garantir a continuidade das operações e a estabilidade das atividades de inclusão socioprodutiva.

Entre os desafios estruturais identificados, destacam-se os custos operacionais e logísticos. Conceição do Mato Dentro não dispõe de indústrias locais de reciclagem, o que obriga a Associação a transportar materiais devidamente separados e acondicionados para municípios distantes. Esse deslocamento eleva consideravelmente os custos logísticos e impacta a viabilidade econômica das atividades, demandando esforços adicionais de planejamento e captação de recursos adicionais para garantir a continuidade do trabalho. A ausência de infraestrutura local de reaproveitamento também evidencia uma limitação estrutural da cadeia de reciclagem municipal, que depende de soluções externas para a destinação dos materiais, aumentando custos logísticos e reduzindo a autonomia das organizações de catadores, situação frequentemente observada em municípios de menor porte (Siqueira; Wolowski, 2023)

A análise financeira evidencia que os recursos obtidos com a comercialização dos recicláveis desempenham tanto em remuneração dos catadores quanto em financiamento de melhorias para manter e expandir as atividades da Associação. No entanto, a dependência exclusiva da venda de materiais torna a associação vulnerável às oscilações de mercado e à demanda das indústrias recicladoras. Assim, a parcerias com o município e outras entidades emergem como estratégia fundamental para fortalecer a capacidade operacional e garantir maior estabilidade financeira. Segundo Siqueira e Wolowski (2023) essas parcerias também concretizam o princípio ambiental do poluidor-pagador, ao reconhecer que a gestão dos resíduos é responsabilidade compartilhada entre indivíduos, empresas e Estado.

Outro fator crítico refere-se à dificuldade de escoamento de determinados materiais recicláveis. Embora a ASCAMATO recebe todos os tipos de materiais recicláveis, realizando a separação e acondicionamento para envio, enfrenta desafios em encontrar indústrias dispostas a

receber e destinar adequadamente esses materiais. Já outros, embora recicláveis, têm menor aceitação e escoamento, dificultando seu aproveitamento. Além disso, mesmo as indústrias de logística reversa frequentemente não atendem municípios de pequeno porte, exigindo que a Associação arcar com custos adicionais de transporte para destinação adequada (Siqueira; Wolowski, 2023).

A capacidade de absorção de novos associados também constitui dimensão relevante da análise, pois a ASCAMATO apresentou que o número de associados ainda é insuficiente para atender à demanda atual. A infraestrutura disponível e a quantidade de materiais coletados, permite expansão do quadro de catadores, o que poderia aumentar o volume de materiais processados e ampliar os impactos sociais da associação. Além da inclusão de novos associados, resultaria em geração de renda e inclusão produtiva de mais famílias e, indiretamente, a população em geral por meio de efeitos ambientais positivos, alinhando-se aos objetivos da política pública de resíduos sólidos.

Atualmente, a ASCAMATO não dispõe de site institucional próprio e apresenta baixa frequência de atualização em suas redes sociais, o que compromete a existência de um fluxo contínuo de informações. Essa limitação dificulta a divulgação de campanhas e iniciativas, reduzindo a compreensão da população acerca dos processos e, conseqüentemente, seu engajamento nas ações promovidas. Assim, a disponibilização de informações em ambientes digitais mostra-se essencial para ampliar a visibilidade dos serviços prestados, sendo o uso de ferramentas tecnológicas contemporâneas um elemento estratégico para fortalecer o engajamento social na sociedade da informação.

Observa-se que a fragilidade na comunicação institucional e na transparência das atividades da associação reduzem o engajamento comunitário e dificulta a disseminação de práticas adequadas de descarte e reciclagem. A utilização de ferramentas digitais e estratégias de divulgação mais consistentes poderia ampliar a participação social e fortalecer a legitimidade das ações desenvolvidas.

Além da necessidade de canais virtuais, destaca-se a também falta campanhas que disponibilizem materiais informativos em nível local, esclarecendo a população sobre os tipos de materiais que são coletados e as melhores práticas para o descarte. A ampliação do conhecimento público sobre o funcionamento da coleta seletiva contribui para aumentar o alcance dos serviços da ASCAMATO e aumentar a adesão da participação da comunidade local. Pois, a integração entre educação ambiental e gestão de resíduos representa componente essencial para o sucesso da política municipal.

Evidenciou que a ASCAMATO não torna públicos os resultados de suas atividades, configurando outro elemento crítico. A prestação pública de informações sobre desempenho, metas e impactos torna-se uma ferramenta essencial de governança, pois, fomenta a confiança social, garante a continuidade das políticas e amplia a responsabilização dos atores envolvidos. Nesse sentido, a adoção de mecanismos de prestação de contas e divulgação de dados contribui para aprimorar a gestão e consolidar a credibilidade da associação como agente de transformação social e ambiental.

Por fim, essa análise evidencia que, embora a parceria entre a associação e o poder público tenha produzido resultados positivos, persistem desafios estruturais, financeiros e institucionais que condicionam sua eficácia. A superação desses obstáculos requer estratégias integradas de planejamento, financiamento e governança, alinhadas às diretrizes da política pública de resíduos sólidos e à promoção do desenvolvimento sustentável.

4.4 Diretrizes Estratégicas para o Fortalecimento da ASCAMATO na Política Municipal de Resíduos Sólidos

Com base na análise empírica e nos referenciais teóricos mobilizados, propõe-se um conjunto de diretrizes estruturadas voltadas ao fortalecimento institucional, operacional e estratégico da ASCAMATO, compreendida como ator central na implementação da política municipal de resíduos sólidos. As proposições são organizadas em eixos analíticos interdependentes, que articulam dimensões normativa, operacional, socioinstitucional e informacional.

1. Eixo Normativo-Institucional: Consolidação Legal da Política de Resíduos Sólidos: Propõe-se a institucionalização de um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, formalizado por meio de instrumento legal, com ampla participação social e aprovação pelo Poder Legislativo. Essa medida visa conferir estabilidade, continuidade e obrigatoriedade à política pública, reduzindo descontinuidades administrativas e fortalecendo a governança local.

2. Eixo Comunicacional e Educativo: Ampliação do Engajamento Social: Identifica-se a necessidade de estruturar uma política permanente de comunicação e educação ambiental, com foco na transparência, na disseminação de informações e no engajamento da população. Recomenda-se a implementação de estratégias multicanais, incluindo mídias digitais, campanhas presenciais, atuação em instituições de ensino e disponibilização de informações acessíveis sobre coleta seletiva, funcionamento da ASCAMATO e práticas adequadas de descarte. A comunicação deve ser compreendida como instrumento estratégico de política pública.

3. Eixo Socioinstitucional: Fortalecimento e Expansão da ASCAMATO: Propõe-se o fortalecimento da associação enquanto organização autônoma, com ampliação do número de associados, qualificação profissional e consolidação de mecanismos de gestão democrática. A inclusão de novos catadores deve ser acompanhada de políticas de capacitação e valorização do trabalho, contribuindo para a ampliação dos impactos sociais e para a efetivação da inclusão socioprodutiva.

4. Eixo Econômico-Operacional: Sustentabilidade Financeira e Eficiência Logística: Recomenda-se a diversificação das fontes de financiamento da associação, reduzindo a dependência exclusiva da comercialização de recicláveis. Ademais, destaca-se a necessidade de aprimoramento da logística de coleta e destinação, bem como a busca por parcerias institucionais que minimizem custos operacionais e ampliem a eficiência das atividades.

5. Eixo Informacional e de Governança: Transparência e Gestão por Dados: Propõe-se a implementação de um sistema integrado de informações para monitoramento das atividades da ASCAMATO e da política municipal de resíduos sólidos. Esse sistema deve contemplar dados operacionais, financeiros, ambientais e sociais, permitindo avaliação contínua, tomada de decisão baseada em evidências e transparência pública. A disponibilização dessas informações fortalece a *accountability* e a legitimidade institucional.

As diretrizes propostas evidenciam que o fortalecimento da ASCAMATO requer uma abordagem integrada, capaz de articular instrumentos normativos, estratégias de engajamento social, sustentabilidade econômico-financeira e mecanismos de governança orientados por dados. A superação das fragilidades identificadas demanda, portanto, não apenas ações pontuais, mas a consolidação de um modelo estruturado de política pública, fundamentado no planejamento, na coordenação institucional e na participação social.

Desta forma, a análise das informações permitiu visualizar se o Plano Municipal de Resíduos Sólidos, cumpre sua função social e se gera efetivos benefícios sociais, ambiental e econômico advindo das atividades de reciclagem. A coleta e a análise dessas informações são relevantes para toda a sociedade, tanto para a geração atual, quanto para as futuras gerações. Nesse sentido, a organização e o acompanhamento contínuo dessas informações são fundamentais para o monitoramento das ações e para a identificação de eventuais ajustes necessários na política pública, com impactos relevantes para as gerações presentes e futuras.

As atividades de coleta e reciclagem de resíduos indubitavelmente trazem benefícios para a sociedade, porém, somente com dados sistematizados é possível promover a gestão de resíduos eficiente, organizar a coleta, o transporte, do tratamento e da destinação final dos resíduos sólidos, garantindo que sejam manejados de forma adequada e segura. Além de promover a redução da poluição dos solos, das águas e do ar, buscam preservar os recursos naturais, gerando emprego e renda.

Os resultados evidenciam que, embora a atuação da ASCAMATO seja relevante e produza efeitos positivos, seu desempenho ainda é condicionado por limitações estruturais, financeiras e institucionais. Tais fatores restringem seu pleno potencial e indicam a necessidade de aprimoramento da política municipal, com ênfase na integração entre planejamento, governança, financiamento e participação social.

Ademais, verifica-se que a eficiência da gestão de resíduos sólidos depende diretamente da existência de sistemas de informação estruturados, capazes de registrar, monitorar e analisar dados operacionais, financeiros e ambientais. A ausência desses mecanismos compromete a avaliação da política, dificulta a tomada de decisão e limita a realização de projeções, ajustes e captação de investimentos. Por outro lado, a sistematização de dados possibilita maior transparência, mensuração de resultados e divulgação dos benefícios gerados.

Dessa forma, o fortalecimento da ASCAMATO deve ser compreendido como parte de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento sustentável. A adoção de medidas integradas e estruturadas tende a ampliar a eficiência da gestão de resíduos, potencializar os benefícios socioambientais e promover a inclusão socioproductiva, contribuindo para a consolidação de um modelo de gestão mais eficiente, transparente e sustentável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de intervenção analisada demonstra potencial para contribuir com a melhoria da gestão de resíduos sólidos e para a mitigação de seus impactos ambientais, sociais e econômicos. Medidas voltadas ao manejo adequado dos resíduos favorecem a redução da poluição, a conservação de recursos naturais, a geração de empregos na cadeia da reciclagem e a melhoria da qualidade de vida da população.

As análises realizadas demonstram que a parceria entre a ASCAMATO e a Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro constitui um instrumento relevante para a implementação da política pública de gestão de resíduos sólidos no âmbito local. Os dados analisados indicam que a atuação da associação contribui para a destinação ambientalmente adequada dos resíduos, para a redução de impactos ambientais e para a geração de trabalho e renda para catadores em situação de vulnerabilidade social.

Entre os resultados alcançados, destacam-se a contribuição ambiental decorrente da destinação adequada dos resíduos, o impacto social associado à inclusão produtiva dos catadores, os benefícios econômicos gerados pela comercialização de recicláveis e a consolidação da parceria institucional entre poder público e associação.

Entretanto, também foram identificados desafios estruturais que limitam a ampliação dos resultados alcançados, especialmente relacionados à ausência de indústrias recicladoras no município, aos custos logísticos para a destinação dos materiais e à dependência de repasses financeiros do poder público para a manutenção das atividades.

Dessa forma, conclui-se que o fortalecimento da política municipal de reciclagem depende da ampliação da infraestrutura da cadeia de reciclagem, da integração com outras políticas públicas e do aprimoramento da articulação institucional entre poder público, sociedade civil e setor produtivo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – ASCAMATO. **Estatuto social consolidado**. Conceição do Mato Dentro, [s.n.], [s.d.].

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BESEN, Gina R.; JACOBI, Pedro Roberto; FREITAS, Luciana. Política Nacional de Resíduos Sólidos: implementação e monitoramento de resíduos urbanos. **Sustinere – Revista de Saúde e Educação**, v. 6, n. 1, p. 219-220, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 24 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm. Acesso em: 4 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 24 maio 2025.

CENTRE FOR PUBLIC IMPACT – A BCG FOUNDATION. **Waste management cooperative**: Pune, Índia. 1 abr. 2021. Disponível em: <https://www.centreforpublicimpact.org/case-study/waste-management-cooperative-pune-india>. Acesso em: 9 abr. 2023.

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO (MG). **Portal da Transparência do Município de Conceição do Mato Dentro**. Disponível em:

<https://sistemas.cmd.mg.gov.br/portalcidadao/>. Acesso em: 4 mar. 2026.

FRONZA, Victor Jordan Rojas. **A importância da organização dos catadores em empreendimentos coletivos para a sustentabilidade ambiental e o bem-estar social**. 2025. 58 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Administração) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Jaboticabal, 2025.

GIL, Antônio, Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: população e domicílios – primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LAGARINHOS, Carlos Alberto Ferreira; TENÓRIO, Jorge Alberto Soares. Logística reversa dos pneus usados no Brasil. **Polímeros: Ciência e Tecnologia**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 49–58, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 18 set. 2025.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MEDEIROS, Fabiana Silva Barbosa et al. Modelagem computacional para avaliação de cenários sobre a reciclagem de papel em uma Instituição de Ensino Superior. **Revista Gestão & Tecnologia**, Pedro Leopoldo, v. 18, n. 3, p. 130–151, 2018. Disponível em: <https://revistagt.fpl.edu.br>. Acesso em: 18 set. 2025.

MOURA, Laysce Rocha de; DIAS, Sylmara Lopes Francelino Gonçalves; JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates. Um olhar sobre a saúde do catador de material reciclável: uma proposta de quadro analítico. **Ambiente & Sociedade**, v. 21, p. e01072, 2018.

PEREIRA, Fernando Antônio de Melo; FERRAZ, Sérgio Braga; MASSAINI, Silvio Aparecido. Dimensões de consciência dos consumidores no processo de reciclagem do lixo eletrônico (e-waste). **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 14, n. 3, p. 177–202, 2014.

Disponível em: <https://revistagt.fpl.edu.br>.

Acesso em: 18 set. 2025.

RAICHELIS, Raquel. Democratizar a gestão das políticas sociais. In: RAICHELIS, Raquel. **Legitimidade democrática e conselhos de políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2006.

Disponível em:

<https://escoladeconselhos.ufms.br/files/2021/08/DEmocratizar-Gestao-da-Politicais-Sociais-Rachel-Raiquelis.pdf>. Acesso em: 18 set. 2025.

SANTOS, Gesmar Rosa dos; MENDES, Alesi Teixeira. **Resíduos sólidos, reciclagem e economia circular: desafios às políticas públicas**. 2025. Rio de Janeiro: Ipea, 2025. 45 p.: il. (Texto para Discussão; n. 3112). ISSN 1415-4765

SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos; MOREIRA, Vinícius de Souza. **Apostila da ADM 573 – Políticas Públicas**. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2023.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; WOLOWSKI, Matheus Ribeiro de Oliveira. Cooperativas de reciclagem como instrumento de efetivação de direitos da personalidade. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 15, n. 44, p. 225-245, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8200355>

SOUZA, Celina. **Coordenação de políticas públicas**. Brasília: Enap, 2018.

SOUZA, Fernando Rodrigo. Autogestão produtiva e sustentabilidade econômica em cooperativas de reciclagem. **ARACÊ**, v. 7, n. 12, 2025.

SOUZA, Jacqueline de; KANTORSKI, Luciane Prado; LUÍS, Margarita Antonia Villar. Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 25, n. 2, p. 221-228, 2011.

Sobre as autoras

Balbina Jorge Pena  

balbina.pena@ufv.br

Bacharel em Direito. Especialista em Direito Civil e Processo Cível, Advocacia Cível e Administração Pública Municipal. Advogada atuante na área cível, judicial, extrajudicial e administrativa.

Rosária Cal Bastos  

rosaria.bastos@ufv.br

Doutora e Mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa. Servidora pública no Departamento de Engenharia Agrícola e Ambiental da UFV. Possui experiência na área de Administração Pública, atuando principalmente em políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento humano e social.

Nálbia de Araújo Santos  

nalbia@ufv.br

Doutora e Mestre em Ciências Contábeis pela Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo – FEA/USP, Professora Associada do Departamento de Administração e Contabilidade da UFV. Atuou como Auditoria Interna no setor público e desenvolve pesquisas de temas relacionados a Finanças Públicas.

Suely de Fátima Ramos Silveira  

sramos@ufv.br

Doutora em Economia Aplicada pela Esalq/USP; Mestre em Economia Rural pela UFV; Professora do Departamento de Administração e Contabilidade. Membro do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Viçosa - MG. Linha de pesquisa Estado, Políticas Públicas e Sociedade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CEAD/UFV e à Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro-MG pela parceria na realização do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Administração Pública Municipal, do qual este trabalho é fruto.